

Receitas e despesas: uma análise do setor bancário nos anos 2000

Tatiane de Oliveira Marques (UFSC) - tatianedemarques@gmail.com

Charles Albino Schultz (UFS) - charles-albino.schultz@s2008.tu-chemnitz.de

Hugo de Moraes Pinto (UFSC) - mestrehugopinto@hotmail.com

Sérgio Murilo Petri (UFSC) - sergio@deps.ufsc.br

Resumo:

Este estudo teve como objetivo analisar a composição das receitas e despesas do setor bancário brasileiro no período de 2000 a 2011. Os dados foram coletados da Demonstração de Resultado do Exercício e do Balanço Patrimonial das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) disponíveis no sítio da BMF&BOVESPA. As receitas das instituições financeiras bancárias são compostas principalmente pelas receitas de operações de crédito, de títulos e valores mobiliários, e pelas receitas de prestação de serviço. Já as despesas são compostas principalmente pelas despesas de captação de recursos no mercado e de empréstimos, cessões e repasses. Também foi possível perceber um aumento na eficiência na geração de receita pela queda nas despesas com pessoal e administrativa ocorrida durante o período. Por fim, apesar de diversas oscilações ocorridas nas diferentes receitas e despesas, principalmente em 2001-2002, que foram causados pelos reflexos da crise da argentina, crise do setor de energia e os rumores que cercaram o processo eleitoral presidencial, e em 2008-2009 (e possivelmente 2011) pelos efeitos da crise financeira internacional, a margem de lucro aumentou durante o período analisado. Assim, conclui-se que apesar das diferentes políticas monetárias adotadas e, turbulências da economia e do mercado que ocorreram neste período, os bancos foram capazes de se manter lucrativos.

Palavras-chave: Instituições Financeiras. Intermediação Financeira. Bancos.

Área temática: Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões

Receitas e despesas: uma análise do setor bancário nos anos 2000

Resumo

Este estudo teve como objetivo analisar a composição das receitas e despesas do setor bancário brasileiro no período de 2000 a 2011. Os dados foram coletados da Demonstração de Resultado do Exercício e do Balanço Patrimonial das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) disponíveis no sítio da BMF&BOVESPA. As receitas das instituições financeiras bancárias são compostas principalmente pelas receitas de operações de crédito, de títulos e valores mobiliários, e pelas receitas de prestação de serviço. Já as despesas são compostas principalmente pelas despesas de captação de recursos no mercado e de empréstimos, cessões e repasses. Também foi possível perceber um aumento na eficiência na geração de receita pela queda nas despesas com pessoal e administrativa ocorrida durante o período. Por fim, apesar de diversas oscilações ocorridas nas diferentes receitas e despesas, principalmente em 2001-2002, que foram causados pelos reflexos da crise da argentina, crise do setor de energia e os rumores que cercaram o processo eleitoral presidencial, e em 2008-2009 (e possivelmente 2011) pelos efeitos da crise financeira internacional, a margem de lucro aumentou durante o período analisado. Assim, conclui-se que apesar das diferentes políticas monetárias adotadas e, turbulências da economia e do mercado que ocorreram neste período, os bancos foram capazes de se manter lucrativos.

Palavras-chave: Instituições Financeiras. Intermediação Financeira. Bancos.

Área Temática: Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões

1 Introdução

Em uma visão simplificada, pode-se dizer que bancos são instituições financeiras que agem como intermediários financeiros entre poupadores e tomadores de recursos financeiros (ANDREZZO; LIMA, 2007). Tem-se como certa a importância destas instituições para a economia de um país, pois são essenciais para a manutenção e movimentação das atividades comerciais, oferecendo créditos pessoais e facilitando o desenvolvimento do comércio nacional, já que captam recursos no mercado e reutilizam-no para conceder novos empréstimos (SANTOS et al., 2010).

No Brasil, a história recente do setor bancário pode ser contada a partir da reforma bancária na década de 1960 que trouxe inovações tanto tecnológicas quanto estruturais que auxiliaram na formação e no ajustamento do sistema financeiro brasileiro, principalmente após a criação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) em 1964. Essas mudanças permitiram avanços ao setor dando respaldo ao desenvolvimento econômico observado no Brasil nas décadas seguintes (BRITO, 2003).

Até a implantação do Plano Real estas instituições bancárias possuíam uma grande parte de suas receitas provenientes de receitas inflacionárias (*floating*) e elas deixaram em segundo plano questões relacionadas à custos e eficiência produtiva (LAURETO; OREIRO 2010).

Com a instituição do Plano Real, em 1994, iniciou-se um processo de estabilização de preços e da economia, e os ganhos originários no *floating* perderam relevância na composição da receita dos bancos. Assim, houve a necessidade de revisão das estratégias do setor bancário, principalmente no que tange à geração de novas receitas.

Entre as principais alternativas, a principal foi o aumento na concessão de crédito

voltado ao consumo para conquistar clientes e, consequentemente, aumentar suas receitas com os juros cobrados nas operações. Porém, com o cenário econômico externo, em especial na América Latina, não permitiu que as operações de crédito se firmassem como a fonte de receita mais relevante para as instituições (OREIRO et al., 2006).

A partir de então o setor vem passando por diferentes fases que englobam: a concentração de investimentos em títulos de dívida pública; elevação de taxa de juros e inadimplência bancária; liquidação, intervenção e concentração do setor; abertura do mercado para participação externa; crises de confiança no mercado por causa de eleições; crise financeira mundial; dentre outros.

Ao se observar este cenário, pode-se supor que tais mudanças do ambiente político-econômico e monetário influenciaram o comportamento da evolução das receitas e dos custos no setor bancário brasileiro. Surge daí o questionamento que direciona a presente pesquisa: as medidas político-econômicas e monetárias alteram a composição de custos e receitas do setor bancário?

Neste sentido, o objetivo deste estudo é analisar a composição das receitas e despesas do setor bancário brasileiro no período de 2000 a 2011.

2 Instituições financeiras

Podem ser consideradas como instituições financeiras além dos bancos (objeto desta pesquisa), as sociedades de crédito, de financiamento e de investimentos, as caixas econômicas e as cooperativas de crédito. Estas instituições financeiras são ainda divididas em instituições públicas e privadas.

Na década de 1960 o Sistema Financeiro Nacional (SFN) foi criado com a ideia de que cada instituição financeira bancária fosse especializada em uma atividade – comercial, de investimento ou de desenvolvimento. No entanto isso não funcionou, pois surgiram os conglomerados bancários e o mesmo grupo possuía uma empresa jurídica para cada carteira específica. Assim, a reforma de 1988 permitiu uma nova modalidade de instituição financeira: os bancos múltiplos, que deveriam ter no mínimo duas carteiras diferentes, sendo uma obrigatoriamente comercial ou de investimento (DE PAULA, 1998; ANDREZZO; LIMA, 2007).

Assim, após a reforma de 1988, quando se fala em instituições financeiras bancárias, estas podem ser:

- Bancos comerciais – especializados em operações de curto prazo, como por exemplo, concessão de créditos para capital de giro, aplicações em títulos e valores mobiliários, operações de crédito, cobranças e recebimentos;
- Bancos de investimentos – especializados em operações de médio e longo prazo, como por exemplo, financiamentos, securitizações de recebíveis, e mesmo administração de recursos de terceiros;
- Bancos de desenvolvimento – que visam promover o desenvolvimento econômico e social em sua área de atuação, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco da Amazônia; e
- Bancos múltiplos – aos quais foi permitida a realização de todas as operações autorizadas às outras instituições financeiras.

2.1 Setor bancário brasileiro

De acordo com Muniz (2010), antes da década de 1960 o setor bancário era baseado em uma estrutura que “engessava” sua atuação no processo de empréstimos, pois a aplicação dos recursos dependia essencialmente da captação (principalmente de depósitos à vista) ou da

flexibilização da política monetária. Desta forma havia um forte controle das instituições bancárias pelas autoridades monetárias.

Na década de 1960 o mercado financeiro nacional passou por uma importante reestruturação, pois as autoridades perceberam a dificuldade que as empresas enfrentavam em conseguir recursos de médio e longo prazo, já que as instituições bancárias eram voltadas basicamente ao crédito de curto prazo (ANDREZZO; LIMA, 2007).

Neste período também foi criado o CMN e o Bacen que passaram a atuar como disciplinadores e fiscalizadores do mercado, estabelecendo regras, dentre as quais a autorização para realização de operações específicas às instituições do SFN e a instituição de penalidades para o não cumprimento destas regras. A reestruturação do SFN se estendeu até 1988 quando as funções de autoridade do sistema foram gradativamente repassadas ao Bacen.

Até o início da década de 1990, devido ao período de alta inflação e as altas taxas de juros, as instituições bancárias mantinham-se com receitas de *float*, que entre 1990 e 1993 chegaram a atingir 4% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (MOLINA, 2004) e representavam, em média, 38,5% do valor de produção dos bancos. Além disso, as receitas também eram impulsionadas por altas taxas de spread nas intermediações financeiras, demonstrando que o setor teve grande capacidade de extrair vantagens de um cenário econômico instável (DE PAULA, 1998). As receitas de *floating* incluem receitas obtidas através da captação de recursos a custo zero, que eram aplicados em títulos públicos e rendiam algo próximo a correção monetária. Já o spread é formado pela diferença entre a taxa de juros cobrada dos clientes (tomadores de empréstimos) e o juro pago pela captação de recursos realizada pelo próprio banco.

No entanto, com a estabilização da economia proporcionada com o Plano Real, as oportunidades de ganhos inflacionários para os bancos se acabaram (DE PAULA, 2006). O setor precisou se adequar ao novo cenário econômico e readequar suas receitas e custos para a manutenção de suas taxas de lucros (RIBEIRO; TONIN, 2011). As receitas com *float* após um ano de lançamento do Plano Real (em 1994) foram reduzidas para 0,1% do PIB, atingindo em 0% em 1995 (CORAZZA, 2000).

Apesar da queda das receitas com *float*, este fato não representou queda significativa na lucratividade dos bancos. Para compensar essa redução de receitas houve um crescimento de receitas de intermediação financeira (devido o aumento na busca de créditos), de receitas com as aplicações em títulos e valores mobiliários, além do aumento de receitas de tarifas bancárias (MOLINA, 2004). Neste mesmo período alguns bancos adotaram, para redução dos custos, o corte de pessoal e investiram em tecnologia de informação. Também houve redução no número de agências e aumento no número de postos de atendimento (BARBACHAN; FONSECA, 2004).

Além dos efeitos econômicos do Plano Real, o país passou por um forte crescimento econômico e foi evidente o crescimento no crédito do setor privado, levando o governo a impor restrições sobre a oferta de crédito. Foi neste cenário que os efeitos da crise mexicana atingiram o país, no segundo trimestre de 2005, fazendo com que o governo aumentasse as taxas de juros domésticas, ocasionando além da desaceleração do crescimento econômico e um forte aumento da taxa de inadimplência, o fechamento de dois grandes bancos – o Banco Econômico e o Banco Nacional (PAULA, 2006).

Para evitar uma crise no setor bancário, dentre outras medidas, o governo lançou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER) em 1995, que consistia em uma linha de crédito para que as instituições financeiras saudáveis pudessem absorver bancos em dificuldade. Porém, este programa atendia somente aos bancos privados. Então em 1996, foi lançado o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) com a finalidade de sanear o sistema financeiro público estadual e reduzir a sua presença na atividade financeira bancária, ocorrendo desta

forma o processo de privatização (LAURETO; OREIRO, 2010).

Por fim, as mudanças no setor e a implementação do PROER e do PROES, iniciaram as transformações do sistema bancário nacional dentre as quais o crescimento da concentração do setor, processo que eliminou 67 instituições bancárias entre 1996 a 2003 (ARIENTI, 2007). Ainda, conforme Arienti (2007), este processo de concentração reflete dois movimentos distintos que alteram significativamente a configuração estrutural do sistema bancário no Brasil: (1) uma profunda alteração na composição da propriedade dos bancos (participação dos bancos estrangeiros); e, (2) o aumento da participação das instituições bancárias privadas no setor.

2.2 Cenário bancário 2000-2011 com base nos Boletins do Banco Central do Brasil

Os juros baixos atrelados às medidas de política monetária – como o aumento da oferta de crédito e a redução dos custos dos empréstimos – adotada pelo governo mantiveram a economia em crescimento, chegando a 4,5% em 2000 (BACEN, 2000).

Apesar das boas perspectivas de crescimento para o ano de 2001, vários fatores como: os impactos da crise argentina sobre o câmbio e sobre as exportações; o impacto desfavorável no consumo e nos investimentos causados pelo racionamento de energia elétrica; a fuga de investidores estrangeiros; alta dos juros; a desaceleração do crescimento econômico mundial; e, a proximidade das eleições presidenciais no Brasil, interromperam este crescimento (BACEN, 2001).

Em 2002 a instabilidade financeira no Brasil continuou, sendo afetada pelos reflexos do agravamento da crise argentina, pelo rebaixamento da classificação do país pelas agências de risco internacionais e pelo processo eleitoral. Os rumores do processo eleitoral ocasionou a redução dos investimentos estrangeiros, pois os investidores temiam a implementação de mudanças radicais nas políticas econômicas no caso da oposição assumir o governo. Estes dois fatores ocasionaram o aumento da moeda estrangeira, de modo que o dólar chegou a ser cotado a R\$3,81/US\$ 1,00. Para desestimular os bancos a manterem posição em moeda estrangeira, o Bacen aumentou a alíquota do recolhimento compulsório (BACEN, 2002).

Outra medida implementada pelo governo neste período foi a tentativa de popularizar o investimento no mercado de capitais, permitindo o uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para a compra de ações.

Ainda em 2002 o setor financeiro recebeu novas regras contábeis que introduziram, por exemplo, a contabilização de títulos e valores mobiliários, além dos instrumentos financeiros detidos por estas instituições com base na marcação a mercado (*mark-to-market*) (BACEN, [20--?]). Com o *mark-to-market* os ativos são marcados pelo preço corrente de mercado pelo qual poderiam ser liquidados em um dado momento em situações normais de mercado. Com isso, os bancos passaram a medir de forma diária o valor de mercado dos ativos e títulos que compõem a carteira de investimentos, utilizando o preço de reposição dos ativos, ou seja, qual seria o valor despendido para adquirir a mesma quantidade do ativo no dia.

O primeiro semestre de 2003 ainda foi marcado por um ambiente macroeconômico desfavorável, resultante da crise do segundo semestre de 2002, o que implicou no recuo da demanda interna, em particular dos fluxos de investimentos e elevação das taxas de câmbio. No entanto, com a estabilização do cenário político após o período eleitoral e a manutenção da política monetária iniciada nos anos anteriores, as incertezas diminuíram e, no segundo semestre, se observou a recuperação da atividade econômica, o recuo da inflação e da taxa de câmbio, bem como o aumento das exportações (BACEN, 2003).

O crescimento iniciado no segundo semestre de 2003 se fortaleceu no ano seguinte. Também houve o crescimento da contratação de mão-de-obra e intenso crescimento dos

gastos com investimentos (BACEN, 2004). Para conciliar o crescimento econômico com a estabilidade dos preços o governo iniciou gradativamente a elevação das taxas de juros até meados de 2005 (BACEN, 2005).

Entre o final de 2005 até o ano de 2007, as taxas de juros voltaram a apresentar queda, devido a uma estratégia do governo de assegurar as taxas de inflação, afetando positivamente a demanda interna por meio das melhores condições de crédito (BACEN, 2005). Houve também a evolução no mercado da construção civil e nas operações de crédito do sistema financeiro. Na evolução nas operações de crédito merecem destaque os recursos livres, ou seja, os empréstimos que foram concedidos por meio de crédito pessoal e para capital de giro (BACEN, 2006).

A política monetária adotada nos últimos anos fez com que o país não sofresse com as turbulências que o mercado internacional estava passando na segunda metade do ano de 2007, isso porque o país manteve a política de recomposição das reservas adotada desde 2003, dando maior resistência à economia do país às adversidades do cenário externo (BACEN, 2007). No entanto, a partir do quarto mês de 2008, o país passou a evidenciar os impactos da crise financeira internacional, tanto nos canais de crédito como nas expectativas dos agentes econômicos. O governo adotou várias medidas, como, empréstimos em moeda estrangeira para garantir exportações e liquidez no mercado, incentivos fiscais, liberação de recursos para regularizar a liquidez do SFN e incentivar o crescimento dos empréstimos (BACEN, 2008).

Até meados do segundo trimestre de 2009, a economia mundial apresentou queda, uma continuidade da reversão econômica iniciada em 2008. Já no segundo semestre iniciou-se a retomada das atividades, resultado das políticas econômicas adotadas pelo governo e bancos centrais dos Estados Unidos da América (EUA). No Brasil, o governo adotou medidas fiscais (medidas temporárias de desoneração tributária), cambiais (criação de instrumentos para assegurar a liquidez em moeda estrangeira) e monetárias (redução da taxa Selic), como forma de adequar as condições de liquidez interna e estimular a demanda agregada que suavizasse o impacto do ambiente recessivo que vinha sendo apresentado nas principais economias mundiais. A resposta a estas medidas veio já no segundo semestre de 2009 com a recuperação do nível da atividade interna (BACEN, 2009).

Com o (aparente) início da estabilização da economia mundial em 2010, o Brasil conseguiu manter a trajetória de recuperação iniciada no segundo semestre de 2009, registrando o maior crescimento do PIB desde 1986. Para assegurar a estabilidade do SFN e permitir a continuidade do desenvolvimento, o CMN e o Bacen elevaram a taxa de juro anual e adotaram, em dezembro de 2010, dentre outras medidas macroprudenciais, a elevação dos recolhimentos compulsórios (BACEN, 2010).

No ano de 2011 a economia nacional registrou crescimento de 2,7%, não repetindo crescimento do ano anterior. Esse fato é reflexo da desaceleração nas atividades das principais economias maduras causada pelo aumento nos preços das commodities, agravamento da crise fiscal na Europa, tensões geopolíticas no Norte da África e Oriente Médio, e os impactos econômicos do forte terremoto no nordeste do Japão. Por fim, este crescimento econômico foi sustentado pela demanda doméstica, principalmente no dinamismo do consumo, embasado pela expansão do emprego, renda e do crédito, seguido pelas elevações no setor agropecuário e serviços (principalmente serviços de informação e intermediação financeira e serviços relacionados) (BACEN, 2011).

2.3 Receitas e despesas de intermediação financeira do setor bancário

Com o objetivo de consolidar as regras para elaboração das demonstrações contábeis das instituições financeiras, em 1987, foi criado o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Até então cada instituição financeira possuía o seu plano de

contas.

A composição das receitas e despesas dos bancos é extensa. Porém, as mais comuns são apresentadas no Quadro 1.

Receitas	Despesas
<ul style="list-style-type: none"> • Rendas de operações de crédito (desconto de duplicatas, juro de empréstimos e financiamentos etc.); • Rendas de arrendamento mercantil (arrendamento financeiro e operacional, subarrendamentos, lucros na alienação de bens arrendados); • Rendas de títulos e valores mobiliários (Certificado de Depósito Bancário, Depósito Interfinanceiro, Letras Hipotecárias, Letras de Câmbio etc.); • Rendas de instrumentos financeiros derivativos (<i>swaps</i> de taxas de juros, de moeda e de fluxo de caixas, opções, contratos a termo e futuro, e <i>hedge</i>); • Rendas de câmbio (receitas de juros e de variações cambiais); • Rendas de aplicações compulsórias; • Rendas de prestação de serviço (rendas com administração de fundos, loterias, sociedades de investimentos, taxas de administração de consórcios, corretagens, serviços de custódias, pacotes de serviços e tarifas bancárias); e, • Rendas de participações (rendas de ajustes em investimentos no exterior e em coligadas e controladas); • Outras receitas operacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Despesa de captação no mercado (despesas com depósitos interfinanceiros, a prazo, judiciais, de poupança, de FGTS, de operações compromissadas etc); • Despesas de obrigações por empréstimos, cessões e repasses (empréstimos no país e no exterior, repasses, por exemplo, os obtidos junto ao BNDES); • Despesas de arrendamento mercantil (arrendamentos financeiros e operacionais, obrigações por subarrendamento e prejuízos na alienação de bens arrendados); • Provisão para créditos de liquidação duvidosa; • Despesas de câmbio (operações de câmbio e, variações e diferenças de taxas); • Despesas de venda/transferência de ativos financeiros; • Despesas com instrumentos financeiros derivativos; e, • Outras despesas operacionais (resultado das provisões para operações de crédito, por exemplo).

Fonte: adaptado de COSIF

Quadro 1 – Classificação de receitas e despesas operacionais

3 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa, em relação a sua natureza, caracteriza-se como descritiva, pois busca-se neste estudo encontrar a relação de causalidade entre fenômenos (RICHARDSON, 1999), ou seja, analisar a composição das receitas e despesas do setor bancário brasileiro.

A amostra selecionada para esta pesquisa são as instituições financeiras bancárias. O setor financeiro da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) é dividido em 7 subsetores, dentre os quais o subsetor ‘intermediários financeiros’ composto por 28 instituições financeiras bancárias que fazem parte da amostra deste estudo.

Foram excluídos da amostra os bancos que não apresentaram as demonstrações contábeis de 2000 a 2011 e os bancos que não apresentavam as receitas e despesas separadas por item, característica indispensável para as análises. No total foram excluídos 5 bancos: 3 pela apresentação de receitas e despesas apenas como “outras receitas” e “outras despesas”, não sendo possível identificar as receitas e despesas de intermediação financeira; e, 2 pela apresentação de apenas 3 anos de demonstrações financeiras. Desta forma, a amostra final é composta pelas demonstrações contábeis de 23 instituições financeiras bancárias.

A amostra é um corte longitudinal de 11 anos compreendendo os períodos contábeis de 2000 a 2011.

Os dados foram coletados da Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) e do Balanço Patrimonial (BP) das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) disponíveis no sítio da BMF&BOVESPA.

4 Apresentação e análise dos dados

As instituições financeiras bancárias possuem basicamente dois tipos de receitas: (1) as receitas de juros, que são os juros cobrados dos clientes pelos empréstimos concedidos, valorização das ações, moedas estrangeiras e demais títulos que possui; e, (2) as receitas de prestação de serviço, que são as tarifas cobradas pela manutenção de contas, emissão de talões de cheques, administração de fundos, cartões de débito, dentre outros serviços prestados aos clientes.

Já as despesas, ou os custos, da intermediação financeira são os custos que o banco tem para captar recursos, ou seja, a remuneração paga aos clientes poupadores, que aplicam seus recursos em modalidades de investimentos disponibilizadas por estas instituições, juros dos empréstimos que faz no exterior, gastos com a folha de pagamentos etc.

Para a realização das análises das variações são apresentadas, na Tabela 1, a soma das receitas e das despesas dos 23 bancos na forma de demonstração de resultados, adaptada do modelo tradicional dos bancos. As receitas são separadas em dois grupos, sendo as receitas de intermediação financeira apresentadas no primeiro grupo, e no segundo as outras receitas operacionais. O mesmo ocorre com as despesas que também são separados na mesma lógica.

Ao final da Tabela são apresentados os resultados de intermediação financeira, o resultado operacional (geral), o resultado não operacional e o lucro líquido.

Tabela 1 – Receitas e despesas de intermediação financeira (em mil)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Receita total	54.728.313	69.544.045	102.470.497	83.809.259	86.532.869	104.430.260	123.693.737	149.328.850	201.283.742	228.634.895	266.462.080	343.040.575
Receitas da Intermediação Financeira	35.732.894	47.530.550	82.049.135	61.820.396	59.673.452	71.965.066	87.882.704	105.775.809	147.168.908	164.707.685	197.549.619	260.184.425
Op Crédito	17.947.919	25.855.396	37.584.602	29.723.875	32.809.521	38.767.000	47.793.162	60.252.442	84.148.310	93.722.364	115.352.544	145.051.066
Op Arrend Merc	5	2.520	44.408	16.461	58.008	88.254	76.700	166.533	742.462	4.500.284	4.514.412	3.045.955
Res Op Tít e Valores Mob	14.279.636	16.045.186	31.316.216	27.437.197	21.042.911	26.349.191	32.830.373	37.075.616	55.757.999	56.638.217	65.402.770	92.669.870
Res Instr Finan Derivativos	0	(226.340)	(3.250.020)	(333.487)	940.807	2.034.478	1.744.656	3.330.528	(3.965.620)	4.175.240	797.227	(821.150)
Res Op Câmbio	2.203.722	4.287.095	13.031.162	1.522.225	2.032.831	1.061.263	1.868.182	1.206.274	6.043.291	3.355.653	3.058.653	2.749.084
Res Aplic Compul	1.301.612	1.566.693	3.322.767	3.454.125	2.789.374	3.664.880	3.569.631	3.744.416	4.442.466	1.713.997	8.381.483	17.445.340
Op Venda/Transf Ativo Financ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	601.930	42.530	44.260
Outras receitas operacionais	18.995.419	22.013.495	20.421.362	21.988.863	26.859.417	32.465.194	35.811.033	43.553.041	54.114.834	63.927.210	68.912.461	82.856.150
Receitas de Prestação de Serviços	8.893.451	9.711.611	10.705.531	9.702.570	11.936.499	14.241.362	17.813.601	21.630.857	22.453.829	24.585.559	28.999.765	32.844.486
Outras Receitas Operacionais	6.072.739	6.603.201	3.449.699	8.401.295	7.522.758	9.705.539	7.339.649	7.043.999	14.458.155	21.192.354	16.872.888	20.918.646
Resultado da Equivalência Patrimonial	4.029.229	5.698.683	6.266.132	3.884.998	7.400.160	8.518.293	10.657.783	14.878.185	17.202.850	18.149.297	23.039.808	29.093.018
Despesa total	(50.876.351)	(67.123.976)	(95.220.199)	(74.009.927)	(72.447.151)	(83.838.976)	(102.316.597)	(119.175.088)	(177.010.478)	(195.702.251)	(219.697.801)	(297.429.072)
Despesas da Intermediação Financeira	(26.419.342)	(37.714.678)	(63.426.029)	(43.612.619)	(38.635.398)	(47.174.689)	(59.296.770)	(65.572.235)	(118.148.627)	(116.406.869)	(135.609.462)	(198.870.818)
Operações de Captação no Mercado	(17.312.968)	(22.773.225)	(32.467.641)	(32.255.242)	(26.151.670)	(34.024.810)	(41.792.559)	(47.696.870)	(74.811.279)	(77.184.316)	(98.455.972)	(143.597.279)
Operações de Emprést. Cessões e Repasses	(5.605.122)	(8.955.998)	(23.486.743)	(5.070.981)	(5.408.778)	(4.305.687)	(5.116.247)	(3.876.278)	(23.905.427)	(1.796.116)	(6.634.243)	(19.764.085)
Operações de Arrendamento Mercantil	(3.136)	(136)	0	(10.761)	(38.344)	(55.916)	(33.562)	(93.938)	(520.197)	(3.473.959)	(3.688.481)	(2.654.043)
Provisão para Créditos Liquid. Duvidosa	(3.316.073)	(5.806.484)	(7.084.873)	(5.987.736)	(6.959.301)	(8.465.753)	(11.878.604)	(13.016.652)	(18.930.003)	(32.145.206)	(25.837.286)	(31.571.099)
Resultado de Operações de Câmbio	0	0	0	249	181	(24.391)	(529)	(122.930)	404.815	(169.662)	31.784	(384.237)
Operações de Venda/Transf. Ativos Financ	0	0	0	(30.902)	14.382	(62.131)	0	0	(48.214)	(398.525)	(130.922)	(37.287)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.636	(7.497)	(57.112)	(1.916)	(1.241)	(62.285)	(176.436)	(444.180)	(14.547)	(656.101)	(223.915)	64.306
Provisão para Operações de crédito	(189.679)	(171.338)	(329.660)	(255.330)	(90.627)	(173.716)	(298.833)	(321.387)	(323.775)	(582.984)	(670.427)	(927.094)
Outras despesas operacionais	(24.457.009)	(29.409.298)	(31.794.170)	(30.397.308)	(33.811.753)	(36.664.287)	(43.019.827)	(53.602.853)	(58.861.851)	(79.295.382)	(84.088.339)	(98.558.254)
Despesas de Pessoal	(10.611.005)	(11.069.920)	(11.663.479)	(12.576.331)	(13.288.226)	(14.249.795)	(16.792.657)	(19.370.261)	(19.555.440)	(23.763.641)	(28.227.977)	(32.613.752)
Outras Despesas Administrativas	(8.000.304)	(9.265.839)	(10.528.736)	(9.194.753)	(10.934.774)	(11.591.966)	(14.299.276)	(17.979.522)	(20.638.538)	(28.624.615)	(33.332.335)	(36.062.359)
Despesas Tributárias	(1.371.136)	(1.565.173)	(1.956.943)	(2.009.035)	(2.679.319)	(3.198.159)	(3.962.499)	(4.869.048)	(4.759.293)	(6.991.914)	(7.719.413)	(8.228.290)
Outras Despesas Operacionais	(4.474.564)	(7.508.366)	(7.645.012)	(6.617.189)	(6.909.434)	(7.624.367)	(7.965.395)	(11.384.022)	(13.908.580)	(19.915.212)	(14.808.614)	(21.653.853)
Res intermediação financeira	9.313.552	9.815.872	18.623.106	18.207.777	21.038.054	24.790.377	28.585.934	40.203.574	29.020.281	48.300.816	61.940.157	61.313.607
Res. operacional	3.851.962	2.420.069	7.250.298	9.799.332	14.085.718	20.591.284	21.377.140	30.153.762	24.273.264	32.932.644	46.764.279	45.611.503
Resultado não operacional	14.281	1.441.252	(404.393)	(2.147.490)	(2.443.035)	(4.424.055)	(1.093.506)	(4.511.229)	16.893.729	(2.729.290)	(7.634.695)	(3.585.314)
Lucro líquido	3.866.243	3.861.321	6.845.905	7.651.842	11.642.683	16.167.229	20.283.634	25.642.533	41.166.993	30.203.354	39.129.584	42.026.189

4.1 Composição das receitas

Na Figura 1 apresenta-se a composição da receita total (análise vertical) de modo que o gráfico proporciona um panorama da evolução da representatividade de cada uma das receitas em relação à receita total, que representa o valor total das receitas operacionais.

Neste período de 11 anos as receitas provenientes de operações de crédito passaram de 17 bilhões para R\$ 145 bilhões (crescimento de 753%) (Tabela 1). O esforço do governo em manter a economia crescente, em 2000, teve reflexos ainda em 2001 quando as receitas tiveram um crescimento de 44% em relação ao ano anterior, conseguindo manter o mesmo patamar para 2002.

Já em 2003 a queda registrada nestas receitas pode ter sido causada pelos reflexos do ambiente macroeconômico desfavorável dos semestres 2-2002 e 1-2003, onde houve queda dos fluxos de investimento e aumento das taxas de juros. De acordo com Bernake e Source (1989), durante as recessões a qualidade dos empréstimos diminui e, portanto, as empresas tomam empréstimos com margens mais altas, portanto, uma relação negativa entre a propagação e crescimento econômico é de se esperar.

Após este período, o país passou a adotar algumas medidas para estimular ou retrain a economia, como o aumento e redução das taxas de juros com o objetivo de controlar a inflação. Mesmo no período da crise financeira mundial em 2007/2008, os bancos brasileiros continuaram a manter o crescimento de suas receitas, demonstrando também que as políticas monetárias adotadas no decorrer deste período consolidaram o mercado financeiro brasileiro que não foi tão atingido por esta turbulência financeira internacional.

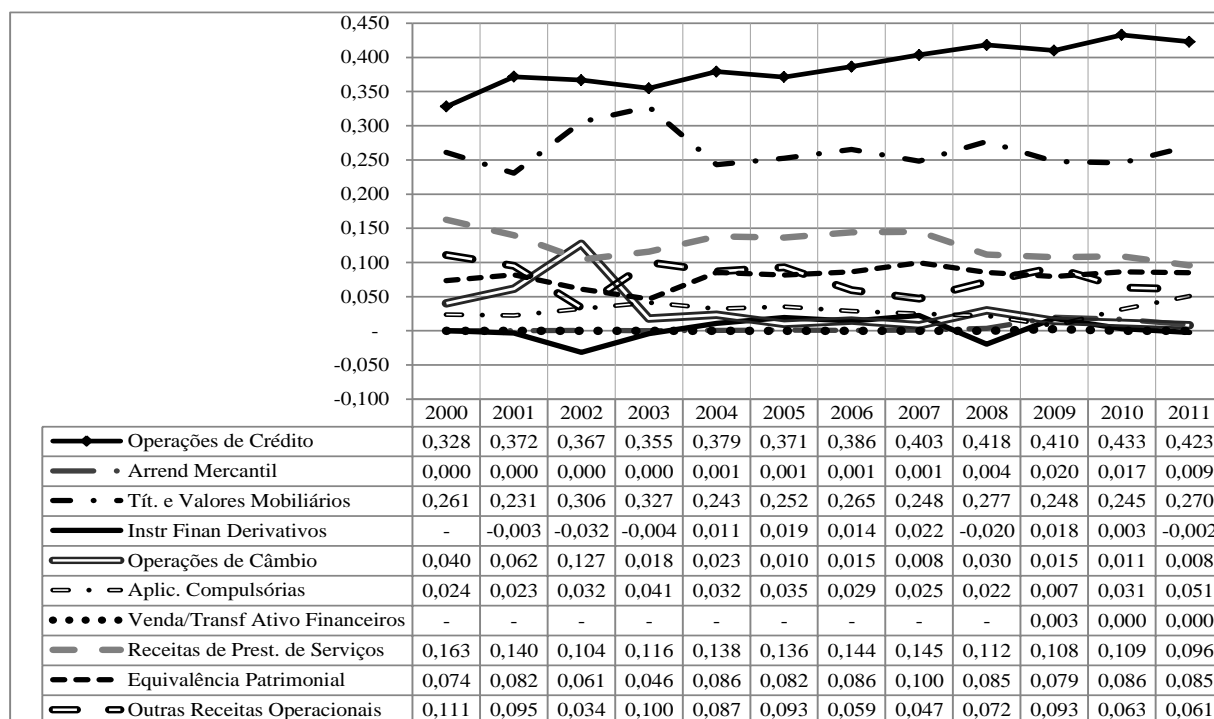


Figura 1 – Composição da receita

O crescimento registrado neste período (2001-2011) também refletiu no aumento na participação destas receitas na composição das receitas totais, com um crescimento de 32,8% para 42,3%. Com essas marcas essa receita se consolida como a principal receita bancária.

As receitas de títulos e valores mobiliários são compostas por rendas de títulos de renda fixa e variável, aplicações em fundos de investimentos, dentre outros, e são a segunda

maior fonte de receitas do setor bancário.

A participação dessas receitas na receita total praticamente se mantém inalterada (26,1% para 27%) no período de análise apesar de um valor superior nos anos de 2002 e 2003.

As operações com instrumentos financeiros derivativos apresentaram resultados positivos e negativos representando entre -3,2% e 1,9% da receita total. Os negativos ocorreram principalmente durante os anos 2002 (eleições presidenciais) e 2008 (crise financeira mundial), Mesmo considerando os anos de maior variação, estes valores não são representativos em relação à receita total.

Também oscilaram nos períodos de 2001-2002 e 2008 os resultados de operações de câmbio. Esse aumento foi causado pela valorização da moeda estrangeira frente à moeda nacional, fato desencadeado por rumores sobre o processo eleitoral do Brasil e a fuga de investidores estrangeiros que temiam sobre as políticas que seriam adotadas pelo novo governo. Em 2003, após o período eleitoral e com a manutenção das políticas monetárias adotadas nos anos anteriores, o mercado retomou a confiança nos investimentos dos anos anteriores no Brasil, permitindo assim que a taxa cambial reduzisse, o que provocou a queda nas receitas geradas com câmbio. Já em meados de 2008, durante a crise financeira, novamente houve valorização da moeda estrangeira perante a moeda nacional. No entanto neste período as variações foram menores, pois foram amenizadas pelas políticas cambiais adotadas pelo governo.

Nas receitas das aplicações compulsórias podem ser destacados os períodos de 2010 e 2011 que apresentaram aumento, podendo ser explicado pelo aumento, por exemplo, da carteira de depósitos a prazo (R\$ 58 bilhões) e da carteira de poupança, considerando que o recolhimento compulsório é realizado em função do saldo destas duas carteiras.

As receitas de prestação de serviço manteve a sua participação na receita total crescente entre 2002 e 2007, porém a partir de então apresentam uma tendência de queda, com uma redução de 16,3% para 9,6% na representatividade no período de 11 anos. No entanto, em valores reais essas receitas apresentaram uma evolução de 269%, passando de 8 milhões para 32 milhões (Tabela 1), de modo que o crescimento apenas foi inferior às receitas de operações de crédito. O discurso do governo sobre a entrada de capital estrangeiro no setor bancário era que seria positiva por haver mais concorrência e conseqüentemente forçar serviços a preços menores (CARVALHO, 2007). No entanto, aparentemente não é o que tem ocorrido no setor. Outro fator que poderia ter reduzido as receitas com prestação de serviço seria o uso da tecnologia neste setor, considerando que diminuiria o número de agências e pessoal para atendimento. Porém, Brynjolfsson (1996) defende que o uso da tecnologia no setor bancário veio não só para reduzir custos, mas também para melhorar a qualidade, aumentar a variedade dos produtos e melhorar o atendimento ao cliente.

Em um panorama geral, na última década os bancos analisados aumentaram a concentração de suas receitas na intermediação financeira (de 65% para 76%), principalmente em operações de crédito. Por sua vez, as receitas provenientes de serviços, que se tornaram fonte importante de resultado para os bancos depois da desregulamentação, a partir de 1994-1995 (DE PAULA, 1998), reduziram sua proporção, mas em relação as receitas totais devido o aumento maior ocorrido nas receitas de intermediação financeira e não na diminuição das receitas com serviço.

4.2 Composição das despesas

A composição das despesas (ou dos custos) é apresentada na Figura 2. Nos dados abaixo do gráfico são apresentados os valores da análise vertical (composição) das despesas da demonstração de resultados apresentada na Tabela 1 e a partir destes valor é composto o gráfico de evolução da composição.

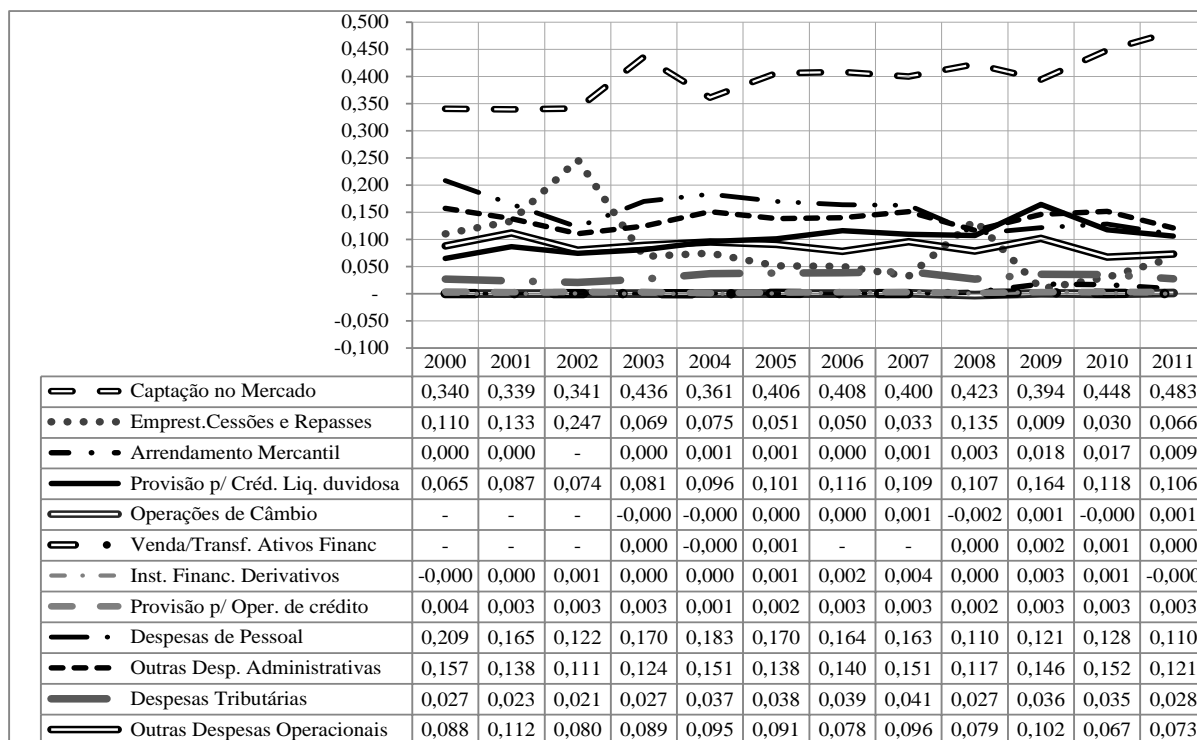


Figura 2 – Composição das despesas

O principal componente das despesas é a captação de recursos no mercado. Sua representatividade cresceu de 34% para 48,3% no período analisado (11 anos). Esse aumento se deu principalmente depois de 2004, causada pela melhora nas condições de crédito pelo governo, incentivando as instituições financeiras a buscar recursos no mercado para repassar aos seus clientes. Em 2002 houve grande crescimento desta despesa (+42,5%), que se manteve alta em 2003, reflexo do crescente aumento no saldo das aplicações financeiras (poupança, depósitos a prazo, fundos de investimentos etc.). O saldo dessas aplicações financeiras, em 2002, chegou a registrar um crescimento de 11,5% em relação ao ano anterior (BACEN, 2002), reflexo da migração de recursos para outras modalidades de investimento.

Outro fator que influenciou o aumento destas receitas foram as altas taxas de juros, que fizeram com que os bancos tivessem que remunerar mais os capitais de terceiros. Em 2004 o recuo da demanda interna afetou principalmente os fluxos de investimento e influenciou o declínio dessas despesas. Nos anos seguintes, os aumentos são devidos as estratégias adotadas pelo governo de baixar os juros e incentivar o crédito. Já em 2010 e 2011, com o aumento da demanda doméstica, o setor bancário foi o que mais cresceu devido, entre outros motivos, pela expansão de crédito. Com este fato, novamente os bancos necessitaram ampliar a captação de recursos no mercado para atender a demanda de seus clientes, aumentando assim as despesas com captação de recursos no mercado.

Num segundo nível de importância tem-se uma série de despesas que oscilam entre 10% e 15% do total das despesas. Destacam-se o comportamento das despesas com 'empréstimos, cessões e repasses', que são as despesas de captação de recursos junto a outras instituições, no país ou no exterior, para repasses, que nos períodos de oscilação alcançou 24,7% e de 13,5% em 2002 e 2008, respectivamente.

As operações do sistema BNDES registraram em 2002 um aumento de 48,4% em relação ao ano anterior. Este aumento deve-se às diretrizes do governo ao atendimento de projetos de infraestrutura envolvendo empresas relacionadas a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, devido a crise de abastecimento do setor ocorrido em 2001

(BACEN, 2002). Em 2003 houve retração de 10,4% nas operações deste sistema, o que causou a queda nas despesas com operações e empréstimos. No entanto, vale ressaltar que foi no período de 2002 que houve um grande investimento governamental em projetos de infraestrutura no setor de energia elétrica.

Em 2008 a expansão dos recursos provenientes da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e BNDES Participações S.A. (BNDESpa) atingiram 40%, chegando a R\$90,9 bilhões (BACEN, 2008). Essa expansão de recursos deu-se principalmente nos setores de agropecuária, produção de bens de capital, energia elétrica e construção civil, explicando assim o aumento ocorrido nas despesas de repasse de recursos.

Nos valores da provisão para créditos de liquidação duvidosa observa-se um crescimento de 852% no período de 2000 para 2011 (Tabela 1). Em 2001 e 2002 a provisão teve um aumento de 75% e 22%, respectivamente. Já em 2003 houve uma retração de 15%. A partir de 2004 a provisão registrou constantes crescimentos até 2009, com as maiores marcas em 2006 (+40%), 2008 (+45%) e 2009 (+70%). Em 2010 houve nova retração (de 20%) e 2011 já ocorre novo crescimento (+22%). Parte deste comportamento foi influenciada pelas turbulências dos anos de 2002 e 2008. A provisão constituída pelo sistema financeiro em 2009 chegou a 6,9% do saldo da carteira de crédito, ante 5,3% ao final de 2008 (BACEN, 2009).

As despesas com operações de arrendamento mercantil se mantiveram quase imperceptíveis até o ano de 2009 e 2010, quando estas operações foram impulsionadas pela evolução do crédito. Para os bancos, estas despesas referem-se a depreciação e aos custos de manter os bens arrendados.

A redução nos gastos com pessoal que era a tendência nos anos 1990, reflexos da concentração bancária (LAURETO; OREIRO, 2010; DE PAULA, 2006) também se mostrou clara no período analisado. O gasto da folha que no início do período analisado representavam entre 16 e 19% da receita total, ao final do período representavam entre 10 e 11% da receita total, demonstrando um aumento na eficiência dos bancos na geração de receitas durante esse período. Além disso, as despesas administrativas também apresentam uma tendência de redução, menos acentuada que a da despesa com pessoal, baixando da faixa entre 10 e 14% da receita total, no início do período, para a faixa entre 10 e 12% da receita total, ao final do período em análise.

Verificou-se, também, que a representatividade das despesas com impostos é pequena em relação ao total das despesas. Um fato a ser destacado é que as instituições bancárias não pagam o Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), das operações de intermediação financeira, somente sobre a cobrança de tarifas (SANTOS et al., 2010).

4.3 Resultados do setor bancário

Na Tabela 2 são apresentadas as margens: das operações de intermediação financeira (resultado da intermediação financeira / receita de intermediação financeira); de outros resultados operacionais (resultado de outras receitas e despesas operacionais / outras receitas operacionais); do resultado operacional (resultado operacional / receita total); do resultado não operacional (resultado não operacional / receita total); e, do lucro líquido (lucro líquido / receita total).

A queda na margem de intermediação financeira do ano de 2001 (de 26,06 para 20,65%) é explicada pelo crescimento das despesas (42,8%) que foi maior que o crescimento das receitas (33%). As despesas que mais influenciaram este aumento foram as despesas de captação no mercado (+31,5%) e de empréstimos, cessões e repasses (+59,8%). Em 2008, as despesas cresceram 80,2% e as receitas somente 39,1% fato que ocasionou novamente a queda na margem. O aumento das despesas ocorreu principalmente nas despesas de captação de recursos no mercado (+56,8%) e com empréstimos, cessões e repasses (+516,7%), passando de 3,8 milhões para 23,9 milhões.

Tabela 2 – Margem de contribuição dos resultados

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Res. inter. financ.	26,06	20,65	22,70	29,45	35,26	34,45	32,53	38,01	19,72	29,33	31,35	23,57
Outros res. oper.	-28,75	-33,60	-55,69	-38,24	-25,88	-12,93	-20,13	-23,07	-8,77	-24,04	-22,02	-18,95
Res. operacional	7,04	3,48	7,08	11,69	16,28	19,72	17,28	20,19	12,06	14,40	17,55	13,30
Res. não operac.	0,03	2,07	-0,39	-2,56	-2,82	-4,24	-0,88	-3,02	8,39	-1,19	-2,87	-1,05
Lucro líquido	7,06	5,55	6,68	9,13	13,45	15,48	16,40	17,17	20,45	13,21	14,68	12,25

A margem de outros resultados operacionais apresenta prejuízos em níveis variados em todo o período analisado. Nos períodos de 2001 e 2002 ocorre uma acentuada piora no resultado negativo, os maiores entre os 11 resultados apresentados. No ano de 2002 as receitas apresentaram queda (-7,2%) e as despesas apresentaram aumento (8,1%) em relação a 2001, fato este que contribuiu para a queda acentuada da margem neste período.

No ano de 2005 houve melhora no resultado da margem (+12,95%), resultado do aumento de 20,9% das receitas contra 8,4% das despesas. Já em 2008 o resultado apresentou melhora ainda maior, passando de -23,07% em 2007 para -8,77% em 2008, sendo esta melhora resultado do aumento do aumento de 24,3% das receitas em contrapartida ao aumento das despesas de 9,8%. É importante destacar que entre as receitas a que apresentou maior crescimento foi as “outras receitas” (+105,3%). Não foi possível identificar quais os itens que compõem este grupo de receitas.

Apesar da margem dos “outros resultados operacionais” ser negativa em todos os períodos analisados e a margem do “resultado não operacional” ser negativa em alguns períodos, percebe-se que a margem de lucro líquido se mantém positiva, entre 5,55% (em 2001) e 20,45%, o que demonstra que apesar de alguns períodos as instituições financeiras captar recursos a taxas mais altas, elas conseguiram repassar estes custos aos seus clientes.

Por fim, chama atenção o fato da maior margem de lucro líquido ser exatamente no período de umas das maiores crises financeiras mundiais, a crise de 2007/2008. No estudo de Tregenna (2009), o autor identificou a rentabilidade dos bancos comerciais dos Estados Unidos de 1934 a 2007 e detectou uma tendência de aumento da rentabilidade ao longo do tempo, observando dois períodos de quedas acentuadas: crise bancária na segunda metade da década de 1980 e início de 1990; e, novamente na crise financeira de 2006 e 2007. No Brasil observa-se que ocorreram perdas no resultado operacional nos anos de 2001, 2008 e 2011. Apesar do resultado não operacional não ser o objeto deste estudo, destaca-se o resultado do ano de 2008, muito acima do normal, que fez com que a lucro não fosse afetado pelos efeitos da crise de imediato.

5 Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar a composição das receitas e despesas do setor bancário brasileiro no período de 2000 a 2011.

Antes da implantação do Plano Real, em 1994, as instituições financeiras bancárias obtinham receitas de *floating*, que chegou a representar 38% do total das receitas destas instituições, e altas taxas de spread, devido as taxas de inflação daquele período. Com esta facilidade de ganho, os bancos não precisavam se preocupar com outras formas de ganho, ou mesmo com sua estrutura de custos. Com o controle da inflação os bancos tiveram que encontrar outras formas de gerar receitas e a maneira encontrada foi a oferta de outros serviços e a cobrança de tarifas, que até então eram gratuitas.

No período analisado verificou-se que as receitas das instituições financeiras bancárias

são compostas principalmente pelas receitas de operações de crédito, de títulos e valores mobiliários e também pelas receitas de prestação de serviço. Já as despesas são compostas principalmente pelas despesas de captação de recursos no mercado e de empréstimos, cessões e repasses. Também foi possível perceber um aumento na eficiência na geração de receita pela queda nas despesas com pessoal e administrativa ocorrida durante o período.

Por fim, apesar de diversas oscilações ocorridas nas diferentes receitas e despesas, principalmente em 2001-2002, que foram causados pelos reflexos da crise da argentina, crise do setor de energia e os rumores que cercaram o processo eleitoral presidencial, e em 2008-2009 (e possivelmente 2011) pelos efeitos da crise financeira internacional, a margem de lucro aumentou durante o período analisado. Assim, conclui-se que apesar das diferentes políticas monetárias adotadas e, turbulências da economia e do mercado que ocorreram neste período, os bancos foram capazes de se manter lucrativos.

Referências

ANDREZZO, A. F.; LIMA, I. S. **Mercado financeiro**: Aspectos conceituais e históricos. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ARIENTI, P. F. F. Reestruturação e consolidação do sistema bancário privado brasileiro. **Ensaio FEE**. v. 28, n. 2, p. 577-600, out 2007.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório Anual**, Brasília, v. 36. p. 1 – 285, 2000.

_____. **Relatório Anual**, Brasília, v. 37, p. 1 – 284, 2001.

_____. **Relatório Anual**, Brasília, v. 38. p. 1 – 298, 2002.

_____. **Relatório Anual**, Brasília, v. 39, p. 1 – 247, 2003.

_____. **Relatório Anual**, Brasília, v. 40, p. 1 – 229, 2004.

_____. **Relatório Anual**, Brasília, v. 41, p. 1 – 225, 2005.

_____. **Relatório Anual**, Brasília, v. 42, p. 1 – 251, 2006.

_____. **Relatório Anual**, Brasília, v. 43, p. 1 – 248, 2007.

_____. **Relatório Anual**, Brasília, v. 44, p. 1 – 253, 2008.

_____. **Relatório Anual**, Brasília, v. 45, p. 1 – 237, 2009.

_____. **Relatório Anual**, Brasília, v. 46, p. 1 – 239, 2010.

_____. **Relatório Anual**, Brasília, v. 47, p. 1 – 223, 2011.

_____. **Glossário**. Disponível em: <<http://www.BACEN.gov.br/glossario.asp?id=GLOSARIO&Definicao=616>>. Acesso em: 17 ago. 2012.

BARBACHAN, J.S.F. FONSECA, M.M. Concentração Bancária Brasileira: Uma análise microeconômica. São Paulo: IBMEC FinanceLab Working Paper – 2004.

BERNANKE, B.; SOURCE, M. G. Agency Costs, Net Worth, and Business Fluctuations. **The American Economic Review**, v. 79, n. 1, p. 14-31, Mar 1989.

BRITO, O. **Controladoria de risco – retorno em instituições financeiras**. São Paulo: Saraiva, 2003.

CORAZZA, G. Crise e Reestruturação Bancária no Brasil. Texto para discussão, Porto Alegre, UFRGS – Departamento de Economia. 2000. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/PPGE/textos-para-discussao.asp?ano=2000>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

COSIF – Plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional. **Elenco de contas**. Disponível em: < <http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=elencocontas> >. Acesso em 13 jun. 2012.

CARVALHO, C. E.; VIDOTTO, C. A. Abertura do setor bancário ao capital estrangeiro nos anos 1990: os objetivos e o discurso do governo e dos banqueiros. **Nova Economia**. v. 17, n 3, p. 395-425, set-dez 2007.

CYSNE, R. P.; COSTA, S. G. S. Reflexos do Plano Real sobre o sistema bancário brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v. 51, n. 3, p. 325-346, 1997.

DE PAULA, L. F. R. Tamanho, dimensão e concentração do sistema bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil. **Nova Economia**, v. 8, n. 1, p. 87-116, 1998.

DE PAULA, L. F. R.; MARQUES, M. B. L. Tendências recentes da consolidação bancária no Brasil. **Revista Análise Econômica**, v. 24, n. 45, p. 235-263, 2006.

LAURETO, C.; OREIRO, J. L. Rentabilidade e concentração do setor bancário brasileiro no período 2002-2009. In: Encontro Nacional de Economia, 38., 2010, Salvador. Anais....Salvador: ANPEC, 2010.

MALAGA, T.; MAZIERO, P.; WERLANG, S. R. C. Estudo de rentabilidade bancária . **Consultoria Econômica do Banco Itaú – Informe Especial**. São Paulo: Banco Itaú, 2003.

MOLINA, W. S. L. A Reestruturação do sistema bancário brasileiro nos anos 90: menos concorrência e mais competitividade? **INTELLECTUS - Revista Acadêmica Digital das Faculdades Unoprec**, Ano 02, nº 03, ago./dez. 2004.

MUNIZ, A. L. P. Notas sobre a evolução das inovações financeiras e sua relação com a instabilidade do sistema econômico. *Revista CEPPG - CESUC - Centro de Ensino Superior de Catalão*, Ano XIII, Nº 23 - 2º Semestre/2010.

ODUORA, J.; KARINGIB, S.; MWAURAC, S. Efficiency of financial market intermediation in Kenya: A comparative analysis. **Journal of Policy Modeling**, v. 33, Issue 2, p. 226–240, 2011.

RIBEIRO, O. F. R.; TONIN, J. M. Análise da concorrência bancária no Brasil pós Plano Real. In: Encontro de Economia Catarinense, 5., 2011, Florianópolis. Anais... Florianópolis, 2011.

TREGENNA, F. The fat years: the structure and profitability of the US banking sector in the pre-crisis period. **Cambridge Journal of Economics**, v. 33, p. 609–632, 2009.